



MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.818/0001-66

LEI N.º 457/2009

SÚMULA: REGULAMEN^{TA}, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU, A DISPOSIÇÃO DO PARÁGRAFO 3º, DO ARTIGO 100, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Câmara Municipal de Guaraniaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte;

LEI

Art. 1º - Para os efeitos do parágrafo 3º, do artigo 100, da Constituição Federal, consideram-se como de pequeno valor, para pagamento independente da expedição de Ofício Precatório, as obrigações do Município decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, de valor inferior ou igual a 10 (dez) salários mínimos nacionais.

Parágrafo único - O valor estabelecido neste artigo refere-se ao crédito total da sentença condenatória transitada em julgado, independentemente do número de credores.

Art. 2º - Fica autorizado o Município a efetivar o pagamento no prazo de até 60 dias, após o trânsito em julgado da sentença condenatória do valor devido ao credor, independente de qualquer requisição, diretamente ao credor, ou mediante depósito à disposição do Juízo, nos autos da respectiva ação.

Art. 3º - As obrigações de valor superior ao estabelecido no artigo 1º desta Lei, serão, obrigatoriamente, satisfeitas mediante precatório, salvo se o credor renunciar expressamente ao valor excedente.

Parágrafo Único - A renúncia de que trata este artigo poderá ser expressa em qualquer fase do processo. Entretanto, acaso seja expressa após a expedição do precatório, o pagamento somente será efetuado após a transformação, pelo Tribunal respectivo, do precatório em requisição de pequeno valor.



MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU

Estado do Paraná


CNPJ 76.208.818/0001-66

Art. 4º - Tanto na hipótese de pagamento direto ao credor, quanto na de depósito judicial do crédito, serão retidas, pelo Município, quando devidas, as parcelas relativas ao Imposto de Renda Retido na Fonte, ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, e as contribuições previdenciárias.

Parágrafo Primeiro: Havendo pluralidade de ação que se enquadram no disposto do art. 1º desta lei, a Lei Orçamentária Municipal, determinará o montante anual a ser destinado ao pagamento das respectivas decisões judiciais.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2009.


Juraci Ronaldo Cazella
Prefeito Municipal